

Tomando Decisões Bíblicas

LIÇÃO
TRÊS

A PERSPECTIVA
NORMATIVA: OS
ATRIBUTOS DAS
ESCRITURAS

© 2012 by Third Millennium Ministries

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. P.O. Box 300769, Fern Park, Florida 32730-0769.

A menos que outra versão seja indicada, as citações são da Nova Versão Internacional.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a prover ***Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo***. Em resposta à crescente necessidade mundial de uma profunda formação bíblica de liderança cristã, estamos desenvolvendo e distribuindo um currículo de seminário focando principalmente líderes cristãos que não tem acesso a materiais de treinamento. Ao criar um currículo de seminário multimídia que é mantido por meio de doações, fácil de usar e em 5 idiomas (inglês, espanhol, russo, mandarim chinês e árabe), Third Millennium tem desenvolvido um método efetivo e econômico para treinar pastores e líderes cristãos ao redor do mundo. Todas as lições são escritas, desenhadas e produzidas em nossos escritórios, e são similares em estilo e qualidade às do The History Channel©. Em 2009 Third Millennium ganhou dois Prêmios Telly por sua destacável produção videográfica no *Uso de Animação e Educação* e nosso currículo está atualmente sendo usado em mais de 150 países. Nossos materiais estão disponíveis em DVD, impressos, internet, transmissão de televisão via satélite e produção para rádio e televisão.

Para mais informação acerca de nosso ministério e de como você pode nos apoiar, visite www.thirdmill.org.

Conteúdo

I. Introdução	04
II. Autoria Divina	04
A. Poder das Escrituras	05
1. Exemplos	05
2. Implicações	07
B. Autoridade das Escrituras	08
1. Ela reivindica autoridade	08
2. Implicações	10
III. Público Humano	12
A. A Clareza das Escrituras	12
1. Natureza	13
2. Implicações	13
B. A Necessidade das Escrituras	14
1. Salvação	15
2. Viver vidas Santas	15
3. Implicações	16
C. A Suficiência das Escrituras	17
1. Propósito	17
2. Mal entendidos	20
3. Silêncio	20
V. Conclusão	22

A PERSPECTIVA NORMATIVA: OS ATRIBUTOS DA ESCRITURA (JOHN FRAME)

INTRODUÇÃO

Em quase toda nação os processos nos tribunais de justiça envolvem freqüentemente documentos escritos. Coisas como recibos, cartas, contratos, confissões e declarações escritas por testemunhas são usadas como evidência. Mas todos sabem que não é suficiente simplesmente ter tais documentos disponíveis ao tribunal. Para serem usados eficazmente, advogados, juízes e os júris têm que conhecer certos atributos ou características desses documentos. Muito tempo é freqüentemente gasto aprendendo e estabelecendo coisas como quem escreveu um documento particular, quem recebeu, quando foi escrito, por que foi escrito e o que ele diz. Conhecer estes atributos é crucial para usar estes documentos apropriadamente.

Nós temos preocupações semelhantes quando fazemos ética cristã. Não importa qual questão ética, sempre temos no mínimo um documento que precisamos levar em conta, ou seja, a Bíblia. Mas que impacto a Bíblia tem em nossas decisões varia de pessoa para pessoa. Alguns cristãos confiam quase inteiramente na Bíblia como a fonte infalível e autoritativa de respostas perfeitas a questões morais. Outros valorizam seu conselho, mas são um pouco céticos em relação a ela, enquanto ainda outros a desprezam como irrelevante e fora de contato com o mundo moderno. E todas estas diferentes percepções da utilidade da Bíblia na ética têm uma coisa em comum: todas elas são baseadas em uma avaliação dos atributos da Bíblia.

Esta lição é a terceira em nossa série de lições sobre Como Tomar Decisões Bíblicas. Nós intitulamos esta lição de “Os atributos da Escritura”.

Como vimos na aula anterior, o próprio caráter de Deus é nosso padrão final, enquanto sua Palavra é o nosso padrão revelado autoritativo porque ela infalivelmente nos ensina sobre o caráter de Deus. Nesta lição focaremos nos atributos da Escritura a fim de ver mais claramente como a Bíblia revela o caráter de Deus a nós.

Nas lições anteriores nós estabelecemos que os julgamentos éticos sempre envolvem uma pessoa aplicando a Palavra de Deus a uma situação. E esta perspectiva nos leva a ver que há três considerações essenciais que devem ser levadas em consideração quando tomamos decisões éticas: o padrão da palavra de Deus, os pormenores da situação e a pessoa que está fazendo o julgamento. Nós identificamos estas três considerações como as perspectivas normativa, situacional e existencial na ética.

Nesta lição nós trataremos da perspectiva normativa novamente, procurando os padrões adequados para as decisões éticas.

Nós dividiremos nossa discussão dos atributos da Escritura em duas partes: Primeiro, investigaremos os atributos que a Escritura possui principalmente em virtude de sua autoria divina, isto é, seu poder e autoridade. Segundo, nós exploraremos os atributos que a Escritura possui principalmente porque ela foi escrita para um público humano, isto é, sua clareza, necessidade e suficiência. Vamos começar examinando a autoria divina da Escritura.

AUTORIA DIVINA

Quando falamos da autoria divina da Escritura, estamos considerando a Bíblia como palavra de Deus ao seu povo e enfatizando o fato de que ela é a “Palavra de Deus”. Quando explorarmos os atributos da Escritura que derivam primariamente de sua inspiração divina, tocaremos em duas questões: o poder da Escritura e a autoridade da Escritura. É claro, a maioria dos cristãos evangélicos instintivamente reconhecem que a Bíblia é a palavra poderosa e autoritativa de Deus para cada geração. Contudo, a maioria de nós nunca pensou em muitas das questões relacionadas a estes atributos da Escritura. Mas podemos usar a Bíblia mais

eficazmente na ética se entendermos estas características em mais detalhes. Então, voltemos nossa atenção ao poder da Escritura.

O PODER DAS ESCRITURAS

Como cristãos, quando abordamos o assunto da ética, não estamos simplesmente interessados em descobrir que coisas são boas e quais são más. Estamos também interessados em aplicar este conhecimento ao agir, pensar e sentir de maneiras que sejam moralmente louváveis. Mas onde podemos encontrar a força para executar o que sabemos ser certo e bom? Nesta busca, somos grandemente auxiliados pelo poder da Escritura. Como a palavra viva e ativa de Deus, a Bíblia não diz simplesmente o que fazer; ela também nos capacita a crer e viver de uma maneira que agrade a Deus e resulte em suas bênçãos. Vamos descompactar esse conceito em primeiro lugar examinando alguns exemplos do poder da Palavra de Deus em suas várias formas, e em segundo lugar voltando-se para as implicações que este poder tem para a tomada de decisões éticas.

Exemplos

Como vimos em nossas lições anteriores, a Palavra de Deus pode tomar muitas formas. E a Bíblia indica que a palavra de Deus é poderosa até mesmo quando ela não toma a forma de Escritura. Quando buscarmos demonstrar o poder da Escritura, começaremos examinando primeiro o poder da palavra de Deus sobre a criação. Depois, tocaremos no poder de sua palavra profética, e então no poder da pregação do Evangelho. Finalmente, exploraremos o poder da Palavra escrita de Deus ou as Escrituras. Começemos investigando o poder da palavra de Deus sobre a criação.

Quando consideramos o poder da Palavra de Deus, muitas vezes é útil pensar primeiro sobre como sua Palavra é poderosa sobre a criação. Talvez o lugar onde isso é mais facilmente visto é o relato da criação de Gênesis 1, onde Deus trouxe o mundo à existência ao falar. Ao longo de todo o capítulo, a única ação que Deus realiza é falar. E por sua palavra falada, Ele cria, ordena e enche todo o universo. Como Salmo 33.6, 9 comentam a respeito deste relato:

Mediante a palavra do Senhor foram feitos os céus, e os corpos celestes, pelo sopro de sua boca... Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo surgiu.

A declaração de Deus teve grande poder nos dias da criação, tanto poder que esta palavra trouxe a criação à existência. Não é que as palavras têm poder inato que Deus manipula. Antes, Deus usa suas declarações como um meio de transmitir seu próprio poder. As palavras de Deus são o meio que Ele usa para realizar seus fins, tanto quanto qualquer ser humano poderia usar um martelo para pregar um prego.

Em segundo lugar, as Escrituras também deixam claro que a Palavra de Deus tem poder quando ela vem da boca dos profetas inspirados. Isaías 55.10-11 confirma esta ideia. Lá o profeta escreveu:

Assim como a chuva e a neve descem dos céus e não voltam para ele sem regarem a terra e fazerem-na brotar e florescer... assim também ocorre com a palavra que sai da minha boca: Ela não voltará para mim vazia, mas fará o que desejo e atingirá o propósito para o qual a envie.

Embora esta passagem fale da Palavra de Deus saindo de sua boca, no contexto é aparente que Deus estava se referindo a pregação do profeta Isaías. O povo de Judá ouviu esta

palavra do Senhor, não diretamente da boca de Deus, mas de Isaías. Ainda assim, a mensagem ainda era poderosa quando Isaías falou e escreveu; ela tinha o poder de Deus de realizar seus propósitos.

Uma terceira maneira na qual podemos ver o poder da Palavra de Deus é através da pregação não inspirada da sua Palavra ou do Evangelho. O Novo Testamento frequentemente confirma esta ideia quando ele diz que Deus opera através da pregação do evangelho mesmo quando os pregadores não são infalivelmente inspirados. Por exemplo, em Romanos 1.15-16, Paulo afirmou diretamente que o evangelho pregado carrega o poder de Deus:

Por isso estou disposto a pregar o evangelho... porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.

O Evangelho que o apóstolo Paulo tinha em mente aqui não era simplesmente um conjunto de verdades sobre o que Jesus tinha feito, nem o poder de Deus representado pelas declarações do evangelho. Ele não queria dizer que o Evangelho é sobre o Deus que tem poder, ou sobre as coisas que Deus fez com eu poder. Em vez disso, Paulo queria dizer que o ato de pregar o Evangelho é poderoso, porque Deus usa a pregação para levar as pessoas à fé. Paulo fez uma declaração semelhante em 1 Coríntios 1.18, onde ele escreveu:

A mensagem da cruz é loucura para os que estão perecendo, mas para nós, que estamos sendo salvos, é o poder de Deus.

Perceba novamente que Paulo estava falando sobre a própria mensagem, não simplesmente sobre os fatos históricos relacionados com a mensagem.

Na prática, as pessoas não aceitam a verdade das afirmações do Evangelho, enquanto ao mesmo tempo, condenam Deus como tolo por salvar a humanidade. Antes, as pessoas consideram a mensagem do Evangelho como loucura porque elas não crêem que suas declarações são verdadeiras. Para eles ela soa como um conto fantasioso, ou mesmo uma mentira, e elas acham que nenhuma pessoa de pensamento correto creeria nela. É por esta razão que o Evangelho parece loucura para os incrédulos. Mas para as pessoas que crêem na mensagem, a pregação do Evangelho é o poder de Deus porque ela é o meio pelo qual Deus as leva a um conhecimento salvífico da verdade.

Percebendo que a Palavra de Deus é poderosa sobre a criação na palavra profética e até mesmo na pregação falível do Evangelho, nós estamos em posição de entender o poder da Palavra escrita de Deus, a Bíblia.

O próprio Jesus apontou para o poder da Palavra escrita quando ele contou a conhecida história de Lázaro e o homem rico em Lucas 16. Vocês recordarão que quando o homem rico morreu, ele olhou do inferno para ver Lázaro sendo confortado por Abraão. O homem rico, preocupado que sua família também percesse no inferno, pediu a Abraão para levantar Lázaro dos mortos e enviar Lázaro para pregar arrependimento para a família do homem rico. Em Lucas 16.29-31 nós lemos a resposta de Abraão:

Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam'... Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão convencer, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos.

Pelo menos dois elementos desta passagem pertencem a nossa discussão. Primeiro, Abraão estava falando sobre a Escritura. Ele se referiu a Moisés e os profetas, não como pessoas vivas que continuavam a falar em pessoa, mas como autores que continuavam a falar através da Bíblia, a Palavra escrita de Deus. E assim como as palavras de Moisés e dos profetas eram

poderosas quando Deus as inspirou para falar durante suas vidas terrenas, elas continuavam a ser poderosas na forma escrita.

Segundo, Abraão disse que as palavras escritas da Escritura, escrita pelos profetas inspirados de Deus têm tanto poder de levar as pessoas ao arrependimento quanto tem o tremendo milagre de ver alguém levantado dos mortos. Em muitos aspectos, esta é uma das declarações mais espantosas sobre o poder da Escritura encontradas na Bíblia. Todos nós percebemos que testemunhar alguém levantar os mortos seria uma experiência tremendamente influente. Potencialmente teria um poder transformador de vida. Mas aqui Jesus indicou na verdade que ler a Bíblia tem mais poder do que testemunhar uma ressurreição dos mortos. O apóstolo Paulo afirmou esta ideia em 2 Timóteo 3.15 quando ele escreveu:

“As sagradas letras... são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus.”

Estudar a Escritura é como pregar porque é um meio através do qual Deus dá às pessoas a compreensão e a fé necessárias para a salvação. Tão certo como a palavra pregada carrega o poder de Deus, assim também a Bíblia.

Com tal entendimento do poder da Palavra de Deus na criação, do discurso profético inspirado, da pregação falível e da Bíblia, estamos em posição de refletir brevemente sobre as implicações destas questões para o processo de tomar decisões éticas.

Implicações

Uma passagem que toca nas implicações práticas do poder da palavra de Deus é Hebreus 4.12-13:

Pois a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e julga os pensamentos e intenções do coração.

Observe aqui que o escritor de Hebreus fala da Palavra de Deus como viva e eficaz. Ela não é uma mera coleção de informação inerte que não tem poder. Pelo contrário, quando abordamos a palavra de Deus, devemos vê-la como algo vivo e ativo, cheio de poder para realizar o que Deus deseja. E o que a Palavra de Deus faz na área da ética? Como diz esta passagem, a Palavra de Deus julga nossos corações. Ela é capaz de penetrar e avaliar nossos pensamentos e motivos mais profundos. E ela tem o poder de nos salvar da condenação e nos capacitar a vivermos vidas santas e morais. Ouça como Paulo continuou a passagem em 2 Timóteo que lemos há um momento atrás. Em 2 Timóteo 3.15-17 ele escreveu:

As sagradas letras... que são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra.

O poder da Bíblia não está em simplesmente nos levar a nossa fé inicial em Cristo. Como voz de Deus, as Escrituras também têm o poder de nos tornar aptos “para toda boa obra”. O Espírito Santo usa as Escrituras para nos dar fé e sabedoria, e moldar nosso caráter de tal forma que quando somos confrontados com escolhas morais, sejamos capazes de escolher o bem e recusar o mal.

Muitas vezes os cristãos encontram-se frustrados por seus esforços em viver vidas éticas. Eles se sentem desamparados e impotentes para fazer o que é certo e bom. Em tais situações é um grande encorajamento saber que aprender as Escrituras, nos lembrar delas, até mesmo meditar sobre as Escrituras, não é um exercício inútil. É muito mais do que simplesmente ler um guia ético. Antes, a Palavra de Deus nas Escrituras na verdade nos capacita a viver para Deus. O aprendizado e meditação constante sobre a palavra de Deus nos colocam em contato com o poder de Deus que sempre realizará seus propósitos. Desta forma, o poder da Escritura é de essencial importância para a ética cristã.

A AUTORIDADE DA ESCRITURA

Um segundo atributo da Bíblia que deriva da inspiração divina é a autoridade da Escritura. Porque a Bíblia é divinamente inspirada, ela carrega a autoridade de Deus. Em um sentido, já provamos esta autoridade ao demonstrar que a Escritura é a voz de Deus, Sua palavra viva e eficaz para toda geração. Deus tem toda a autoridade. Portanto, sempre que e independentemente de como ele fale, todos que o ouvem são obrigados a obedecê-lo. Esta é a ideia que desenvolvemos em nossa primeira lição quando dissemos que toda a revelação é normativa porque ela nos ensina sobre Deus que é o padrão último para a moralidade.

No entanto, ainda é valioso ver como a Bíblia fala sobre sua própria autoridade, assim como examinar algumas implicações morais desta autoridade. Veremos primeiro como a própria Bíblia reivindica autoridade, e então veremos as implicações desta afirmação para as nossas vidas.

Ela reivindica Autoridade

A Bíblia reivindica autoridade divina por si mesma em pelo menos duas maneiras. Primeiro, ela fornece exemplos históricos de sua autoridade. E segundo, ela explicitamente afirma autoridade. Trataremos dos exemplos históricos da autoridade da Bíblia primeiro.

Quando nos lembramos da estreita conexão entre a palavra falada de Deus e a palavra escrita de Deus que nós já vimos nesta lição, podemos ver muitas formas nas quais a Bíblia nos dá exemplos da autoridade da Palavra de Deus que se aplicam à própria Bíblia. Nas histórias iniciais registradas na Bíblia, Deus falou diretamente com a humanidade, e Seu discurso carregava autoridade. Por exemplo, no relato da criação e da queda em Gênesis 2-3, Deus ordenou ao homem cultivar o Jardim do Éden e não comer do fruto proibido. Eva, porém, escolheu ouvir a palavra falada da serpente em vez da palavra falada de Deus, e assim rejeitou a autoridade da palavra de Deus. Adão, por sua vez, ouviu a palavra falada de Eva em vez da palavra falada de Deus, também rejeitando a autoridade de Deus. Mas a autoridade da palavra de Deus não foi destruída por isso. Antes, Deus aplicou a autoridade da sua palavra falada ao punir Adão e Eva e toda a criação com eles.

Depois, nos dias de Moisés, Deus codificou sua palavra falada em forma escrita. Em vez de simplesmente dizer a Moisés o que os dez mandamentos eram, ele esculpiu estas leis em tábuas de pedra. Ele também deu a Moisés muitas outras leis e ordenou a Moisés que registrasse aquelas palavras por escrito. Estes registros incluíam o livro da aliança sobre o qual lemos em Êxodo 24. Eles eram as estipulações da aliança de Deus com seu povo, e eles carregavam não apenas a autoridade de Deus, mas também sua promessa de aplicar estas leis com poder, tanto abençoando os obedientes como amaldiçoando os desobedientes. Ouça este relato em Êxodo 24.4-8:

“Moisés... escreveu tudo o que o Senhor dissera... Em seguida, leu o Livro da Aliança para o povo, e eles disseram: “Faremos fielmente

tudo o que o Senhor ordenou; obedeceremos”. Depois Moisés aspergiu o sangue sobre o povo, dizendo: “Este é o sangue da aliança que o Senhor fez com vocês de acordo com todas essas palavras”.”

Neste registro constatamos que a palavra falada de Deus é a base para a sua palavra escrita, e que a palavra escrita é o documento do pacto autoritativo de Deus que seu povo é obrigado a obedecer.

Muitos séculos depois, quando o povo de Deus tinha rejeitado as coisas escritas na Escritura, Deus enviou nações estrangeiras para afligi-lo na guerra. Isaías ministrou durante este tempo, e escreveu estas palavras em Isaías 42.24:

“Quem entregou Jacó para tornar-se despojo, e Israel aos saqueadores? Não foi o Senhor, contra quem temos pecado? Pois eles não quiseram seguir os seus caminhos; não obedeceram à sua lei.”

Deus não hesitou em fazer cumprir sua palavra nos dias de Isaías, assim como não hesitara em fazer cumpri-la no Jardim do Éden. Mas desta vez, a palavra que foi violada era a “lei” de Deus. Era a Escritura, as palavras escritas da aliança entre Deus e o seu povo. Assim como a palavra falada de Deus é revelação autoritativa, assim é sua palavra escrita.

O Novo Testamento também confirma a autoridade da Escritura através de seus exemplos. Por exemplo, Jesus freqüentemente apelava à Escritura para justificar e explicar suas ações, como em João 17.12 onde ele orou estas palavras:

“Enquanto estava com eles, eu os protegi e os guardei pelo nome que me deste. Nenhum deles se perdeu, a não ser aquele que estava destinado à perdição, para que se cumprisse a Escritura.”

Jesus aqui contrastou seus onze discípulos fiéis com Judas Iscariotes, aquele que o traiu. E neste contraste, Ele indicou que tanto sua proteção dos onze quanto sua perda de um deles foram feitas em concordância com a Escritura.

Os apóstolos também demonstraram sua crença na autoridade da Bíblia. Por exemplo, Paulo apelou às Escrituras como prova de que os cristãos não devem ser vingativos. Em Romanos 12.19 ele escreveu:

“Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor.”

O argumento de Paulo aqui assume que o Antigo Testamento carrega autoridade quando ele atribui a vingança a Deus. Assim, ao colocar seus leitores sob obrigação moral ao Antigo Testamento, Paulo demonstrou sua crença de que as Escrituras são a palavra autoritativa de Deus que compromete até mesmo os crentes do Novo Testamento.

Além de fornecer sua autoridade através dos exemplos, a Bíblia também demonstra sua autoridade através de declarações explícitas neste sentido.

Uma das declarações mais conhecidas afirmando a autoridade da Bíblia é encontrada em 2 Pedro 1.19-21, onde Pedro escreveu:

“Temos ainda mais firme a palavra dos profetas, e vocês farão bem se a ela prestarem atenção... pois jamais a profecia teve origem na vontade humana, mas homens falaram da parte de Deus.”

Aqui Pedro indicou que os escritos proféticos do Antigo Testamento continuam a ser autoritativos em nossos dias. Porque estas profecias foram inspiradas e autorizadas por Deus, elas formam um padrão moral obrigatório à qual devemos “prestar atenção”. Isto é, nós devemos crer no que os profetas escreveram, e obedecer ao que eles ordenaram.

Tiago também deixou claro que o Antigo Testamento ainda é ordem autoritativa de Deus para nós. Como ele escreveu em Tiago 2.10-11:

“Pois quem obedece a toda a Lei, mas tropeça em apenas um ponto, torna-se culpado de quebrá-la inteiramente. Pois aquele que disse: “Não adulterarás”, também disse: “Não matarás...”.”

Observe quão longe Tiago foi ao enfatizar este ponto. Primeiro, ele insistiu que a lei escrita ainda é obrigatória. Aqueles que a quebram são culpados. Segundo, Tiago baseou a autoridade contínua da Escritura na autoridade daquele que deu a ordem, ou seja, Deus. Porque a Bíblia ainda é a palavra de Deus, ela ainda carrega a autoridade de Deus.

Nós também encontramos afirmações para a autoridade do Novo Testamento. Por exemplo, Jesus deu autoridade aos apóstolos quando ele disse em João 13.20:

“Eu lhes garanto: Quem receber aquele que eu enviar, estará me recebendo; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou.”

Os apóstolos usaram esta autoridade não só na fala, mas também na escrita dos documentos que nós agora temos no Novo Testamento. Isto é evidente em todo o Novo Testamento em cada exemplo no qual eles emitiram ordens escritas, como em 2 Tessalonicenses 3.6, onde Paulo escreveu:

“Irmãos, em nome do nosso Senhor Jesus Cristo nós lhes ordenamos que se afastem de todo irmão que vive ociosamente.”

Aqui Paulo emitiu uma ordem escrita direta que carregava a autoridade delegada por Jesus Cristo. Esta abordagem era típica dos apóstolos; eles frequentemente usavam sua autoridade para transmitir instruções em forma escrita. Porque o Novo Testamento consiste de documentos que os apóstolos ou escreveram ou aprovaram, ele carrega a autoridade dos apóstolos, que é a autoridade do próprio Cristo.

Agora que já vimos que as Escrituras provam sua própria autoridade, devemos tocar brevemente em algumas implicações desta ideia.

Implicações

De maneira simples, porque a Escritura carrega a autoridade de Deus, somos moralmente obrigados a conformar todas as nossas escolhas, ações, pensamentos e sentimentos a ela. Nós poderíamos dizer que o comportamento ético equivale a “guardar a palavra do Senhor”. E guardar a palavra do Senhor deve ser feito de pelo menos duas maneiras; devemos nos submeter à amplitude da Escritura ao obedecer todas as suas ordens, e devemos nos conformar à sua profundidade ao obedecer a estes mandamentos com compromisso e convicção.

De um lado, o povo de Deus deve manter a amplitude da instrução bíblica. Seguidores de Cristo não devem obedecer o que gostam e ignorar o que não gosta. Agora, nós deveríamos admitir que algumas coisas que a Bíblia requer de nós são mais difíceis de aceitar do que outras,

mas ainda somos chamados a nos submeter a tudo que Deus ordenou na Escritura. Ouça por exemplo Êxodo 15.26, onde o Senhor disse a Israel estas palavras:

“Se vocês derem atenção ao Senhor, ao seu Deus e fizerem o que ele aprova, se derem ouvidos aos seus mandamentos e obedecerem a todos os seus decretos, não trarei sobre vocês nenhuma das doenças que eu trouxe sobre os egípcios”.

No tempo quando o povo de Israel estava recebendo as ordens de Deus de forma escrita, Deus igualou o guardar todos os seus decretos com o fazer o que é correto. Em essência, nós fazemos o que é correto quando obedecemos todas as Escrituras.

A amplitude de nossa obrigação de nos submeter à Escritura aparece até mais claramente em 1 Reis 11.38 onde Deus disse estas palavras a Jeroboão:

“Se você fizer tudo o que eu lhe ordenar e andar nos meus caminhos e fizer o que eu aprovo, obedecendo aos meus decretos e aos meus mandamentos... estarei com você.”

Você recordará que em nossa primeira lição nesta série nós definimos bondade moral como aquilo que Deus abençoa. Aqui, Deus prometeu bênçãos a Jeroboão se Jeroboão fizesse o que era certo, e Deus explicitamente definiu “o que é certo” como o que quer Ele ordene. A bondade não é encontrada ao guardar simplesmente parte da lei de Deus enquanto se rejeita outras partes.

O fato de que Deus chama seu povo para observar a autoridade de toda a sua palavra sem exceção deveria nos desafiar em nossos próprios dias, assim como desafiou o povo de Deus durante os tempos bíblicos. Infelizmente, às vezes os crentes respondem a este desafio imaginando que Deus não se importa se eles seguem apenas algumas de suas ordens morais. Eles equivocadamente pensam que Deus lhes deu liberdade para ignorar aquelas ordens que eles consideram desconfortáveis ou difíceis.

Mas ainda que nós não tentemos justificar nossa rejeição de alguns dos ensinamentos morais da Escritura precisamos perceber que todos nós caímos na armadilha da seletividade inconsciente. Por esta razão, devemos constantemente retornar a Escritura para sermos lembrados daquelas ordens que nós podemos ter negligenciado ou esquecido.

Em segundo lugar, a palavra de Deus tem autoridade sobre nós não só na amplitude de seu ensino, mas também na profundidade da obediência que ela requer de nós. Por exemplo, tanto no Antigo como no Novo Testamentos, a Bíblia conecta a obediência à Escritura com o amor por Deus. A bondade moral não é obtível pelo invejar a obediência ou mesmo pelo amor pela própria bondade, à parte de um amor por Deus. Em vez disso, a base do dever é o fato de que Deus nos chamou em amor e autoridade para sermos seus servos dispostos. Ouça a forma como Moisés expressou esta ideia em Deuteronômio 7.9,11:

“O Senhor, o seu Deus... é o Deus fiel, que mantém a aliança e a bondade por mil gerações daqueles que o amam e guardam os seus mandamentos... Obedeçam, pois, à lei, isto é, aos decretos e às ordenanças que hoje lhes ordeno.”

Porque Deus nos colocou em um relacionamento amoroso com Ele mesmo, somos obrigados a obedecer suas ordens, que estão registradas para nós na Escritura.

O próprio Jesus repetiu várias vezes a mesma ideia no Novo Testamento. Em João 14.15, 21 ele disse aos seus discípulos:

“Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos... Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama.”

E por seu exemplo, ele demonstrou que devemos também prestar este tipo de obediência amorosa ao Pai. Como Jesus disse no verso 31 de João 14:

“Para que o mundo saiba que amo o Pai e que faço o que meu Pai me ordenou!”

Repetidas vezes a Escritura indica que as exigências morais que Deus coloca sobre nós são baseadas em seu amor por nós e devem ser cumpridas em nosso amor por Ele.

Assim vemos que de acordo com a Bíblia, não podemos fazer a coisa certa a menos que tenhamos o motivo correto. Ou colocando de outra forma, somente quando adotamos as Escrituras profundamente, de coração podemos corretamente nos submeter à autoridade da Palavra de Deus.

Agora que examinamos o poder e a autoridade da Escritura — aqueles atributos que a Escritura tem primariamente por virtude de sua autoria divina — devemos voltar nossa atenção para o nosso segundo tópico: os atributos da Escritura que se relacionam mais estreitamente com o público humano.

PÚBLICO HUMANO

Quando Deus inspirou e autorizou os escritores da Escritura, Ele tinha um objetivo em mente. Especificamente, Ele queria dar ao seu povo revelação clara a respeito da sua vontade e seu caráter para que eles fossem mais capazes de se conformar a Ele. Assim, neste ponto de nossa lição, focaremos nossa atenção nos atributos que a Escritura possui primariamente em virtude do fato de que Deus a inspirou para o seu povo. Este aspecto de nossa discussão cobrirá três dos atributos da Escritura: sua clareza, sua necessidade e sua suficiência. Vamos analisar primeiro a clareza da Escritura.

A CLAREZA DA ESCRITURA

Quando dizemos que a Escritura é “clara”, não queremos dizer que tudo na Bíblia é fácil de entender ou que tudo na Bíblia é afirmado de forma clara e direta. Em vez disso, queremos dizer que a Bíblia não é obscura; ela não é cheia de significados escondidos que só podem ser descobertos através de meios misteriosos, ou através de capacitação espiritual especial, ou por aqueles que mantêm ofícios especiais na igreja.

Quando abordamos o assunto da clareza da Bíblia, às vezes chamada de “perspicuidade”, isto nos ajudará a analisar duas questões: a natureza da clareza da Bíblia, e algumas implicações da clareza da Bíblia. Vamos pensar primeiro sobre a natureza da clareza que nós encontramos na Escritura.

Natureza

A Confissão de Fé de Westminster oferece um bom sumário introdutório da natureza da clareza da Escritura. No capítulo 1, seção 7 ela afirma:

“Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, são tão claramente expostas e explicadas em um ou outro lugar da Escritura, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.”

Aqui a Confissão trata de dois aspectos da clareza da Escritura. Primeiro, ela fala de “todas as coisas na Escritura”, e segundo, ela foca “naquelas coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação”, isto é, o evangelho. Vamos dar uma olhada melhor em ambas as ideias, começando com a clareza relativa do evangelho.

Para simplificar, a Escritura fala tão claramente sobre o evangelho que toda pessoa mentalmente competente deveria ser capaz de compreender que a salvação vem através de arrependimento e fé em Cristo. Isto não significa que todos entendem perfeitamente o evangelho. Como a Confissão assinala, temos que fazer “devido uso dos meios ordinários” se quisermos nos beneficiar da clareza da Bíblia. Isto é, temos que ler responsável e diligentemente, não descuidadamente, e não com uma agenda que torça o que a Escritura tenta nos ensinar. Na realidade, muitos fatores complicam nossa leitura da Bíblia, sendo o nosso pecado o maior deles. Se nós falharmos em manusear a Bíblia sensatamente, ou torcê-la de acordo com nosso pecado, não descobriremos o evangelho. Mas novamente, isso será falha nossa; ela não resulta de qualquer carência de clareza na Escritura.

Observe também que a Confissão não diz que uma pessoa pode ler qualquer porção da Escritura e descobrir o caminho de salvação. Antes, ela diz que o evangelho é esclarecido “em algum lugar da Escritura ou outro”. Isto é, a Escritura como um todo apresenta uma mensagem clara do evangelho. Uma pessoa que não lê a Bíblia toda pode nunca deparar-se com as passagens que apresentam o evangelho de uma forma tal que ele pudesse facilmente entender. No entanto, tomada como um todo, a Bíblia apresenta o caminho da salvação com clareza suficiente que qualquer pessoa competente é capaz de aprender diretamente da Escritura.

Implicações

Embora as Escrituras sejam particularmente claras sobre o evangelho da salvação em Cristo, a Confissão de Fé também faz algumas observações sobre toda a Escritura. Ela diz que à parte das questões básicas do Evangelho cristão “não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos”.

Em outras palavras, a Escritura pode não ser muito clara a respeito de alguns de seus ensinamentos. De fato, há muitas coisas na Bíblia que não são tão claramente ensinadas como a revelação do caminho da salvação.

Ainda, Deus deu a Escritura a nós a fim de que pudéssemos entender as coisas que ele revelou na Escritura e aplicá-las às nossas vidas. Como Moisés disse aos israelitas em Deuteronômio 29.29:

“As coisas encobertas pertencem ao Senhor, ao nosso Deus, mas as reveladas pertencem a nós e aos nossos filhos para sempre, para que sigamos todas as palavras desta lei.”

Nesta passagem Moisés fez uma distinção crucial que deveríamos lembrar à medida que exploramos o uso da Escritura na ética cristã. Ele distinguiu entre coisas encobertas e coisas reveladas. Deus guarda alguns segredos de nós. Ele não nos diz tudo o que Ele sabe, nem nos diz tudo que poderíamos querer saber. Há questões – até mesmo questões de ética – que Deus

guarda para si. Ainda assim, o que Deus nos disse na Escritura não é um segredo. As Escrituras se enquadram na categoria de “coisas reveladas”. Como Moisés disse, elas nos são mostradas a fim de que possamos “seguir-las” e obedecê-las.

Em uma ou outra medida, Deus revelou sua vontade a nós com clareza suficiente para nos guiar na ética. Ele nos deu a Bíblia de modo que pelo “devido uso dos meios ordinários” – através da leitura e do estudo – possamos vir a conhecer a vontade de Deus para todas as áreas de nossa vida. Como Paulo exortou Timóteo em 2 Timóteo 3.16:

“Toda a Escritura... é útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça.”

Toda a Escritura é clara o suficiente para ser útil se nos aplicarmos a estudá-la diligentemente. Por esta razão, cada um de nós deve estar pronto para pesquisar a Bíblia para discernir seu ensino em questões éticas.

Agora, novamente, não estamos dizendo que a Escritura é fácil de entender em todos os aspectos. De fato, algumas porções da Escritura são um pouco menos claras do que outras. E, além disso, algumas pessoas têm uma habilidade maior do que outras para entender as palavras da Escritura. Como Pedro escreveu em 2 Pedro 3.16:

“Suas cartas [de Paulo] contêm algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes e instáveis torcem, como também o fazem com as demais Escrituras.”

Nem todos têm a mesma habilidade para entender a Bíblia. E nem todos se esforçam igualmente para estudá-la. No entanto, se nos aplicarmos suficientemente, podemos todos vir a conhecer a vontade de Deus bem o suficiente para nos conformar ao seu padrão para a moralidade.

Agora que exploramos a clareza da Escritura, estamos prontos para examinar o segundo atributo que a Escritura possui primariamente porque foi escrita para um público humano: sua necessidade.

A NECESSIDADE DA ESCRITURA

Quando falamos da necessidade da Escritura, temos em mente que as pessoas precisam da Bíblia, especialmente para tomar decisões éticas. Quando explorarmos nossa necessidade pela Escritura, tocaremos em três questões: a necessidade da Escritura para a salvação, a necessidade da Escritura para o viver fiel e as implicações de nossa necessidade da Escritura.

Salvação

Em primeiro lugar, a Escritura é necessária para as pessoas encontrarem o caminho da salvação. Como vimos em uma lição anterior, as revelações geral, especial e existencial se relacionam entre si grandemente. Mas as revelações geral e existencial apenas fornecem informação suficiente para condenar os seres humanos por falharem em manter o padrão de Deus. Somente a Escritura fornece informação suficiente para assegurar salvação. Ouça a forma como Paulo tratou sobre isso em Romanos 10.13-17:

“Porque “todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo”. Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão, se não houver quem pregue?... Conseqüentemente, a fé vem por ouvir a mensagem, e a mensagem é ouvida mediante a palavra de Cristo.”

O ponto de Paulo aqui é um tanto claro: a mensagem do evangelho é o meio normal pelo qual Deus transmite a fé aos indivíduos. E à parte da palavra de Cristo, as pessoas não têm acesso à mensagem do evangelho. Isto faz da palavra de Cristo um meio necessário para a salvação em tudo exceto as circunstâncias excepcionais. A única exceção que os teólogos tipicamente reconhecem são os casos envolvendo infantes ou outros indivíduos mentalmente incapazes.

Mas o que é esta palavra de Cristo? No décimo capítulo de Romanos, Paulo primariamente tinha em mente a pregação do evangelho. Mas ele também tinha em mente as próprias Escrituras como fonte da mensagem do evangelho. Por exemplo, as palavras “todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” são na verdade uma citação de Deuteronômio 30. O uso de Paulo da Escritura desta forma segue um padrão que aparece em todas as Escrituras. Especificamente, na Bíblia a proclamação do evangelho está estreitamente associada com a palavra escrita da Escritura. Por exemplo, no Antigo Testamento Deus frequentemente entregava suas mensagens diretamente aos profetas que falavam a palavra de Deus ao povo. Mas Deus também assegurou que a palavra profética fosse registrada de modo que pudesse ser aprendida por aqueles que não estavam presente na proclamação. Seguindo este padrão do Antigo Testamento, os apóstolos primeiro aprenderam o evangelho diretamente de Jesus e então o entregaram às pessoas, não apenas através da pregação, mas também através de seus escritos no Novo Testamento.

O resultado prático deste processo é que os seres humanos, de maneira geral, recebem conhecimento do evangelho, e assim chegam à fé e salvação, a partir de sua própria leitura da Bíblia ou através da pregação baseada na Bíblia.

Há uma diferença importante, obviamente, entre a palavra escrita da Escritura e a pregação baseada na Escritura. A Escritura é inspirada por Deus, infalível e absolutamente autoritativa em cada caso. A pregação não é. Na medida em que a pregação é fiel à Escritura, ela é verdadeira, autoritativa e poderosa. Mas porque somos seres humanos caídos, a pregação nunca é totalmente fiel à Escritura. Diferente da pregação, a Escritura é estável e imutável; ela é um padrão totalmente seguro e confiável. A pregação, a tradição da igreja, a instrução teológica e muitas outras fontes de informação são todas úteis. Mas todas elas contêm uma mistura de verdade e erro. Somente a Escritura é absoluta, infalível e inquestionavelmente confiável. Portanto, a Escritura é necessária tanto como um registro do evangelho quanto uma base e critério para a pregação do evangelho.

Viver Vidas Santas

Em segundo lugar, a Escritura também é necessária para o viver ético. Você recordará que em uma lição anterior estabelecemos que as revelações geral, especial e existencial são todas verdadeiras e autoritativas. Por que então colocamos a Escritura à parte como um caso especial de revelação necessária? A resposta é que conquanto as revelações geral e existencial sejam infalíveis e autoritativas, elas são muito mais difíceis de interpretar do que a Escritura. O pecado corrompeu a natureza e a humanidade, de modo que já não vemos apenas um reflexo puro como Deus pretendeu. Como resultado, muitas vezes é muito difícil saber como interpretar a revelação geral e existencial. Às vezes é quase impossível dizer se o que estamos vendo é o resultado da intenção de Deus na criação, ou o resultado da corrupção do pecado na criação.

E, além disso, a Escritura fala muito mais clara e diretamente do que as revelações geral e existencial, tornando as nossas determinações éticas baseadas na Escritura mais seguras e mais confiáveis do que aquelas baseadas em outras formas de revelação. É por isso que a Confissão de Fé de Westminster no Capítulo 1, seção 10 insiste na primazia da Escritura sobre as outras fontes de informação:

“O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares a serem examinadas, e em cuja sentença nós devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.”

O ponto da Confissão aqui é que todas estas outras fontes são valiosas, mas que a Bíblia é a mais valiosa de todas porque é através das Escrituras que o Espírito Santo fala mais claramente. Quais são, então, algumas implicações morais da necessidade da Escritura?

Implicações

Há um sentido muito importante no qual nós simplesmente não podemos ser morais sem atentar para o ensino da Escritura. E como vimos anteriormente nesta lição, aprender e crer no conteúdo básico da Escritura é necessário para a salvação, quer estudemos a Bíblia diretamente ou aprendamos seus ensinamentos centrais a partir de outros. Somente aqueles que estão em Cristo são capazes da verdadeira moralidade. Em resumo, sem a Escritura, a salvação não é possível, e, portanto a moralidade não é possível. As pessoas que acham que podem ignorar o ensino da Escritura e ainda serem morais estão seriamente equivocadas. Neste sentido, a Escritura é necessária para a nossa habilidade de se comportar moralmente.

Além desta necessidade básica da palavra de Deus, a Escritura também é necessária para a moralidade humana porque ela contém informação que não está incluída nas revelações geral e existencial. Não é incomum aos cristãos dependerem fortemente de suas experiências de vida, das opiniões dos outros, e de suas próprias intuições morais quando elas tomam decisões éticas. E como vimos, é importante considerar estas e outras características das revelações geral e existencial. Mas nós devemos também reconhecer que em muitas circunstâncias, as revelações geral e existencial não são claras o suficiente para nos mostrar o curso adequado de ação, enquanto a Escritura revela a vontade de Deus com detalhes suficientes para nos ensinar o que é correto.

Por exemplo, Atos 15 registra que uma controvérsia surgiu na igreja primitiva quando os Gentios começaram a se converter ao Cristianismo. Alguns dentro da igreja acreditavam que

os Gentios deveriam ser instruídos a observar a Lei de Moisés da maneira que o Judaísmo da época observava. Isto é, eles queriam que os Gentios fossem circuncidados e oferecessem os sacrifícios apropriados no templo e aplicassem a Lei às suas vidas da maneira que tinha se tornado costumeiro aos Judeus da época. Por outro lado, homens como Paulo e Barnabé argumentaram que Deus não esperava que os Gentios vivessem como Judeus do primeiro século. Esta questão foi tão problemática que os apóstolos e anciãos se reuniram para discutir e investigar a questão.

As opiniões de algumas pessoas entraram em conflito com a realidade do ministério do Espírito Santo entre os Gentios não circuncidados. E estas fontes de informação não eram suficientes para fornecer uma solução satisfatória. Mas uma vez que Tiago apelou para a Escritura para tratar deste problema, a igreja se uniu em apoio a sua posição. A Escritura era necessária porque as revelações geral e existencial não eram suficientes para responder a esta questão moral.

Para resolver esta controvérsia, Tiago, o irmão de Jesus voltou-se para Amós 9.11-12. Em Atos 15.16-17, Tiago citou Amós como se segue:

“Depois disso voltarei e reconstruirei a tenda caída de Davi. Reedificarei as suas ruínas, e a restaurarei, para que o restante dos homens busque o Senhor, e todos os gentios sobre os quais tem sido invocado o meu nome, diz o Senhor, que faz estas coisas.”

A partir deste texto, Tiago entendeu que Deus incluiria muitos Gentios quando Ele restaurasse seu reino. Mais importante, esses convertidos permaneceriam Gentios mesmo depois de terem sido chamados para o Senhor. No Antigo Testamento, os Gentios que se convertiam se tornavam Judeus e seguiam as práticas judaicas tradicionais. Mas Amós indicou que quando Deus restaurasse seu reino em Cristo os Gentios seriam incluídos sem ter que seguir as tradições judaicas.

Tendo este entendimento da clareza e da necessidade da Escritura em mente, estamos agora prontos para explorar a suficiência da Escritura.

A SUFICIÊNCIA DA ESCRITURA

Basicamente, dizer que a Escritura é “suficiente” é dizer que ela é capaz de cumprir o propósito para o qual ela foi escrita. Mas não surpreendentemente, esta simples ideia torna-se complicada porque é difícil para os cristãos concordarem sobre qual de fato é o propósito da Escritura. Assim, quando investigarmos a questão da suficiência da Escritura, começaremos analisando o propósito da Escritura em relação a sua suficiência. Depois, abordaremos alguns erros comuns da suficiência. Finalmente falaremos sobre a ideia popular, porém equivocada, de que a Escritura silencia em certas questões.

Propósito

Com respeito ao relacionamento entre suficiência e propósito da Escritura, será útil analisar novamente a Confissão de Fé de Westminster, que contém um resumo muito bom desta ideia no capítulo 1, seção 6. A Confissão afirma o assunto assim:

“Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente

deduzido dela. À ela nada se acrescentará, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.”

A Confissão corretamente conclui que o propósito da Escritura é múltiplo. Ela menciona que a Bíblia foi escrita para nos ensinar como glorificar a Deus, levar homens e mulheres para a salvação, instruir os crentes sobre o conteúdo da sua fé e nos guiar no viver cristão. Estas ideias do propósito da Escritura vêm da própria Escritura.

Por exemplo, a Bíblia ensina em muitos lugares que a Escritura nos foi dada a fim de que pudéssemos glorificar a Deus ao obedecer às suas ordens. Um lugar que isto pode ser visto muito claramente é nas maldições da aliança em Deuteronômio. Em Deuteronômio 28.58-59 Moisés assinalou uma impressionante correlação entre obediência às ordens escritas de Deus e a glorificação de Deus.

“Se vocês não seguirem fielmente todas as palavras desta lei, escritas neste livro, e não temerem este nome glorioso e terrível, o Senhor, o seu Deus, ele enviará pestes terríveis sobre vocês e sobre os seus descendentes.”

A Bíblia é designada para nos ensinar como glorificar a Deus, e é suficiente para realizar este propósito. A Escritura contém todos os padrões que precisamos conhecer para glorificá-lo.

A respeito da “salvação, fé e vida do homem”, Paulo instruiu Timóteo a permanecer firme em seu estudo da Escritura a fim de obter estes benefícios que a Escritura foi planejada a entregar. Neste contexto, em 2 Timóteo 3.15-17 Paulo explicitamente ensinou a suficiência da Escritura. Ele escreveu estas palavras no verso 15:

“As sagradas letras... são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus.”

Quando Paulo disse que a Escritura é “capaz” de nos tornar “sábios para a salvação” ele quis dizer que ao estudar a Bíblia, nós podemos aprender as coisas que necessariamente precisamos conhecer para sermos salvos. Paulo acreditava que isso era verdadeiro porque ele sabia não apenas que a Bíblia era poderosa, como vimos anteriormente nesta lição, mas também que ela foi designada para fornecer estes benefícios específicos. Porque a Bíblia é capaz de realizar este propósito, ela pode corretamente ser chamada de suficiente para a salvação.

Da mesma forma, a Escritura também é suficiente para a “fé”. Observe novamente as palavras de Paulo em 2 Timóteo 3.15. Paulo disse que:

“As sagradas letras... são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus.”

O conteúdo da fé salvífica é revelado na Bíblia como o meio através do qual nós somos justificados e recebemos nossa salvação de Deus.

Finalmente, a Bíblia é suficiente para nos guiar através da “vida”, a prática contínua de nossa fé salvífica em Cristo. A célebre declaração em 2 Timóteo 3.16-17 deixa isto claro:

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra.”

Além de ser destinada a nos levar à fé em Cristo para nossa salvação, a Escritura também se destina a nos preparar para “toda boa obra” – não simplesmente para algumas boas obras, mas para toda boa obra. Porque ela é destinada a nos preparar para “toda boa obra”, e porque ela é poderosa para realizar sua função pretendida, é correto dizer que a Escritura fala suficientemente sobre toda boa obra. Se entendermos corretamente a Bíblia toda, então conheceremos os padrões de Deus suficientemente para tornar nossas determinações adequadas sobre qualquer questão ética enquanto também temos um entendimento suficiente das pessoas e da situação.

Agora, o entendimento da suficiência da Escritura para a vida levanta uma séria questão: “Como pode algum livro, até mesmo um tão grande quanto a Bíblia, cobrir todo problema moral concebível, equipando-nos para toda boa obra?” Bem, na verdade, a Bíblia não trata de toda questão moral concebível diretamente. A Escritura fala diretamente apenas a um número limitado de questões na vida, tais como o conteúdo fundamental de nossa fé e nossas responsabilidades para com Deus e outras pessoas. Mas ao fazê-lo, a Escritura estabelece princípios que podemos estender e aplicar além das especificidades mencionadas na Bíblia.

É por isso que a Confissão distingue entre o que é “expressamente declarado na Escritura” e o que deve ser deduzido da Escritura “lógica e claramente”. Em todos os casos, porém, a Escritura nos fornece a informação que precisamos a fim de descobrir os padrões éticos de Deus.

O último ponto que devemos notar na explicação da Confissão de fé sobre a suficiência da Escritura é a qualificação de que a Escritura é completa, de modo que:

“... nada se acrescentará, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.”

A Escritura contém todas as normas que precisamos como cristãos. As tradições humanas e as estruturas de autoridade, tais como os governos civil e eclesiástico, devem ser obedecidas por amor ao Senhor, mas elas nunca devem ser contadas como normas absolutas ou últimas. A decisão de seguir ou não seguir as normas humanas deve ser guiada pelas normas da Escritura. E as normas humanas sempre serão desafiadas quando elas entrarem em conflito com as normas bíblicas.

Nós vemos isso demonstrado na Escritura frequentemente. Por exemplo, nos dias de Jesus a liderança judaica estabelecida permitia cambistas e vendedores na área do templo. Mas quando Jesus viu isso, ele se irou e os tirou do templo porque a liderança humana tinha permitido violações das normas da Escritura dentro do recinto do templo. Lemos este relato em Mateus 21.12-13:

“Jesus entrou no templo e expulsou todos os que ali estavam comprando e vendendo... e lhes disse: “Está escrito: ‘A minha casa será chamada casa de oração’; mas vocês estão fazendo dela um ‘covil de ladrões’”.

Jesus entendeu corretamente que Isaias 56.7, o qual ele citou, revelava a norma bíblica de que o templo devia ser dedicado a oração. Mas a liderança judaica tinha permitido que a área do templo fosse profanada pelas transações seculares. A condenação de Jesus de que eles estavam fazendo do templo um “covil de ladrões” é de fato incrivelmente forte. Esta frase é tirada de Jeremias 7.11 onde ela se refere aos ídólatras e criminosos violentos que dizem prestar serviço a Deus no seu templo. Por suas ações e palavras, Jesus demonstrou que seguir qualquer lei ou tradição humanas é pecaminoso quando a norma humana contradiz a Escritura.

Em todo caso, a Escritura é suficiente para estabelecer todas as normas morais. As ordenanças éticas dos homens, porém, são válidas e obrigatórias somente na medida em que ecoam as normas bíblicas. Mas quando as normas humanas contradizem as normas bíblicas, o cristão é obrigado a desafiá-las.

Com um entendimento claro da suficiência da Escritura em mente, nós devemos agora voltar a nossa atenção para alguns mal entendidos da suficiência da Bíblia.

Mal Entendidos

Nós agruparemos estas más compreensões em duas categorias bem gerais: primeiro, os pontos de vista que superestimam a suficiência da Escritura, e segundo, os pontos de vista que subestimam a suficiência da Escritura. Vamos começar com os pontos de vista que superestimam a suficiência da Escritura.

Tipicamente, aqueles que superestimam a suficiência da Escritura têm compromissos muito fortes com a Bíblia. Mas eles frequentemente não têm compromissos adequados com as revelações geral e existencial. Como resultado, eles equivocadamente crêem que eles podem aplicar adequadamente a Escritura às questões éticas sem ter muito conhecimento, se é que têm algum, sobre situações e pessoas específicas. Eles acreditam que tomar decisões éticas é tão simples quanto ler a Bíblia e obedecê-la. Mas na realidade, antes de podermos obedecer e aplicar a Bíblia, devemos também saber algo sobre as pessoas e as situações às quais a estamos aplicando. Deus nos forneceu esta informação nas revelações geral e existencial. Se ignorarmos estas outras formas de revelação, estamos ignorando as ferramentas que Deus nos deu para interpretar e entender a Escritura.

Mas nem todos os erros são baseados na superestimação da suficiência da Bíblia. Muito mais erros vêm de subestimá-la. Este erro geralmente aparece como uma insistência de que a Bíblia é suficiente para nos guiar somente em áreas limitadas da vida, que ela nos dá instrução moral apenas em certos tópicos. Por exemplo, Tomas de Aquino argumentou que as revelações geral e existencial são suficientes para ensinar muitos princípios morais e que a Escritura complementa este conhecimento ao nos dar informação a respeito daqueles assuntos que a revelação geral e existencial não cobrem, tais como o caminho da salvação. Em anos recentes, outros têm argumentado que a Bíblia não trata de questões tais como a homossexualidade monogâmica, o aborto e a eutanásia.

Como vimos, seja através de ensino explícito ou implícito, a Escritura nos fornece um sistema compreensivo de normas éticas. Neste sentido, a suficiência da Bíblia é ilimitada quando se trata de revelar a vontade de Deus para a sua glória e nossa salvação, fé e vida cristã. As revelações geral e existencial também contêm algumas destas normas, mas elas não contêm nenhuma norma adicional além daquelas encontradas direta ou indiretamente na Escritura.

O ponto é simplesmente que a Bíblia fala suficientemente sobre todas as áreas da vida, de modo que nosso dever verdadeiro para com Deus é sempre uma aplicação das normas da Escritura.

Silêncio

Neste ponto, falaremos sobre a ideia popular, porém equivocada, de que a Escritura silencia em certas questões. Talvez essa seja uma das formas mais comuns que os cristãos bem intencionados subestimam a suficiência da Escritura. Especificamente, alguns cristãos frequentemente ensinam que algumas questões da vida são moralmente “indiferentes” porque a Escritura não nos fornece informação suficiente para conhecer a vontade de Deus sobre estas questões. Historicamente, isso tem sido conhecido como “*adiaphora*”. Esta típica posição foi aquela de que coisas indiferentes não são nem certas nem erradas em e de si mesmas.

Embora muitas pessoas em toda a história da igreja sustentaram tais posições, esta posição na verdade contraria os ensinamentos da Escritura. Por exemplo, enquanto os teólogos falam de objetos impessoais como indiferentes ou “neutros”, a Bíblia fala deles como sendo bons. Mesmo depois da queda da humanidade no pecado, Paulo ainda insistiu que tudo era bom. Como ele escreveu em 1 Timóteo 4.5-6:

“Tudo o que Deus criou é bom, e nada deve ser rejeitado, se for recebido com ação de graças, pois é santificado pela palavra de Deus e pela oração.”

Paulo falou especificamente sobre comida neste contexto, mas o princípio é muito mais amplo, estendendo-se a toda a criação, assim como Deus mesmo proclamou no fim da semana da criação. Por esta razão, até mesmo os objetos impessoais não são “indiferentes”; eles são bons.

Alguns teólogos também têm aplicado o termo “indiferente” ou “*adiaphora*”, às escolhas entre duas ou mais opções boas. Eles têm sugerido que quando todas as escolhas são boas, então a Escritura é indiferente quanto ao que nós escolhemos. Mas a Escritura ensina que Deus abençoa algumas escolhas boas mais do que Ele abençoa outras escolhas boas, e a Escritura às vezes louva uma opção boa sobre outra opção boa. Por exemplo, em 1 Coríntios 7.38, Paulo escreveu:

“E, assim, quem casa a sua filha virgem faz bem; quem não a casa faz melhor.”

Agora, deveria ser notado que os estudiosos não estão de acordo quanto às circunstâncias precisas que Paulo tratou aqui. Mas suas palavras são claras o suficiente para demonstrar que casar e não casar eram ambas boas opções, e que não casar era a melhor opção. Neste sentido, a Escritura não é realmente “indiferente” mesmo quando temos que escolher entre opções boas.

Você lembrará que em nossa primeira opção, nós definimos “bom” como sendo aquilo que recebe a bênção de Deus, e “mau” como aquilo que não recebe suas bênçãos. Por esta definição, aspectos dos seres humanos e de suas vidas ou são bons ou maus; nada nem ninguém é indiferente ou neutro. Ou Deus abençoa ou não abençoa — não há meio termo. Se ele abençoa, é bom; se ele não abençoa, é mau.

Dito isso, é verdade que há algumas palavras, pensamentos e atos que são bons em algumas situações, mas maus em outras. Por exemplo, relações sexuais dentro do casamento são boas, mas relações sexuais fora do casamento são más. Mas isso não significa que relações sexuais em, e de si mesmas, nem são boas nem más. Antes, elas são boas, assim como Deus as criou para serem boas. Mas parceiros não casados fazem mau uso das relações sexuais, de modo que em sua situação tais relações são más.

Finalmente, alguns teólogos usam a categoria de *adiaphora* para cobrir questões onde nós não podemos determinar que escolhas são boas ou más. Mas porque nós sabemos que as Escrituras tocam em cada aspecto da vida, pelo menos indiretamente, não devemos tratar questões sobre as quais estamos incertos como indiferentes. É verdade que nós frequentemente sentimos como se não pudéssemos saber que escolhas, pensamentos, ações ou atitudes particulares são boas e quais são más. Mas tais situações ocorrem não porque a palavra de Deus é insuficiente, e não porque a Bíblia tem uma posição neutra, mas porque falhamos em reconhecer ou entender como aplicar a verdade que a Bíblia tem revelado.

Esta falha em alcançar um julgamento ético pode tomar diversas formas. Como você lembra o modelo bíblico para tomar decisões éticas pode ser resumido desta maneira:

“O julgamento ético envolve a aplicação da palavra de Deus a uma situação por uma pessoa.”

Devemos agir sobre um entendimento adequado de nosso padrão moral, nossos objetivos e nossos motivos, ou colocando de outra forma, sobre as questões normativas, situacionais e existenciais. A falha em alcançar um julgamento ético adequado pode ser causada por uma falha em avaliar adequadamente qualquer uma destas perspectivas. Nós podemos falhar porque negligenciamos ou compreendemos mal as passagens da Escritura com as quais estamos lidando. Nós podemos falhar porque negligenciamos ou compreendemos mal a situação associada com a questão ética. E nós podemos falhar porque negligenciamos ou avaliamos mal os aspectos existenciais e pessoais de uma questão. Em todo caso, quando não podemos chegar a uma conclusão firme em uma decisão ética, não é adequado concluir que Deus não revelou a informação necessária para tomar a decisão. E não é adequado dizer que a questão é indiferente, que não há um curso certo a seguir. Antes, devemos continuar a ler, estudar, orar e investigar a questão, fazendo o melhor que podemos com nossos julgamentos provisórios, mas reservando o julgamento final até que as questões normativa, situacional e existencial se tornem claras.

CONCLUSÃO

Nesta lição examinamos vários atributos importantes da Escritura. Nós vimos que porque a Escritura é divinamente inspirada, ela é poderosa e autoritativa. Também vimos que porque a Escritura é escrita para seres humanos, ela é clara, necessária e suficiente.

Ter os atributos da Escritura em mente é útil para nós de muitas maneiras quando nós estudamos ética cristã. Uma razão é que isso nos lembra que a Bíblia é indispensável quando se trata de responder questões éticas. Devemos sempre buscar suas respostas porque ela é autoritativa em todos os aspectos da vida, e porque há muitas questões que somente a Bíblia pode responder. Outra razão é que lembrar dos atributos da Escritura é muito encorajador porque isso nos lembra que Deus nos deu a Escritura a fim de nos ensinar sobre Ele mesmo e seus padrões. E finalmente, os atributos da Escritura nos dão confiança em nossas conclusões éticas uma vez que estamos certos de que os ensinamentos éticos da Bíblia são suficientes e claros. Assim, é importante que nós lembremos e dependamos da gama completa dos atributos da Escritura quando progredirmos em nosso estudo da ética cristã.